

PENSAR NUMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ECONOMIA POLÍTICA

Juliana Carla Fleiria PIMENTA¹,

RESUMO

A presente pesquisa tem por responsabilidade investigar e analisar o modo com que o homem, possivelmente tenha perdido sua capacidade reflexiva perante todas as coisas, fazendo de sua própria atividade produtiva algo estranho para si mesmo, sendo que, justamente, essa atividade deveria ser o começo de uma reprodução de suas capacidades intelectuais e criativas. Posto isso, propomos o ensino de Filosofia, essencialmente para a formação dos estudantes de Ensino Básico, no município de Marília, como sendo necessário para que possamos reverter essa situação de alienação sobre nossas próprias produções, que não encontram meios para fruir nossas vontades. A educação formal infelizmente atingiu essa mesma situação, tendo como meta ensinar ao indivíduo apenas aquilo que será necessário para a manutenção do sistema econômico, intensificando o estranhamento que os estudantes terão perante as suas futuras realizações produtivas. Assim sendo, nossa pesquisa visa mostrar que a Filosofia atuará na formação de estudantes capacitados para exercerem autonomia perante suas produções, podendo reverter essa situação de alienação e coisificação, e assim, alcançarem elevação de suas personalidades, lapidando suas produções com suas mais belas características humanas.

Palavras-chave: Alienação. Educação. Autonomia e emancipação.

Introdução

Na nossa presente situação, um dos principais assuntos a serem refletidos consiste nas influências que o sistema capitalista exerce sobre as relações humanas. Tais influências, ocasionam mudanças cada vez mais desnecessárias ao Homem e, faz com que esse perca as suas qualidades genuinamente humanas. Essa situação gerou ao Homem um ambiente de extrema alienação perante sua própria atividade produtiva, ocasionando a perda da formação de uma sociedade que tenha como meta a construção de uma ética que priorize a formação de um indivíduo que frua suas mais belas características humanas podendo, dessa forma, lapidar sua essência. Assim sendo, torna-se indispensável refletir acerca das mudanças que a economia implantou ao Homem, em todas suas formas de se

¹ Estudante do segundo ano de Filosofia. Membro do Núcleo de Ensino de Marília em 2007 e bolsista pela prograd. E-mail: julianapimenta2003@yahoo.com.br

relacionar com a sociedade e, como não poderia ser de outra forma, analisar toda a desconstrução da natureza do significado da Educação. O que podemos observar é a formação educacional de um indivíduo que, a cada momento, não encontra maneiras para desenvolver suas qualidades intelectuais, um indivíduo que não sabe refletir sobre assuntos que ocorrem em seu cotidiano e, com isso, aceita uma situação que o faz distanciar e se entregar a situações que não priorizam a formação de sua essência. Com isso, devemos buscar maneiras que elevem os indivíduos a um estado de autonomia e plena consciência perante todas as situações que lhe ocorrem e, com isso, encontrem formas para desenvolver sua própria atividade produtiva.

Visto todo esse quadro, lançou-se um projeto intitulado: “Formação para a autonomia e filosofia no Ensino Básico”, desenvolvido através do núcleo de Ensino de Marília e, coordenado pelo professor Vandei P. da Silva, que estabelece uma reflexão da presente situação em que a Educação se encontra e a grande relevância que a Filosofia possui para a formação de um indivíduo autônomo e reflexivo. Nessa pesquisa, contamos com divisões de estudos teóricos, levando à formação de três grupos: o primeiro grupo estuda obras do autor Karl Marx; o segundo estuda obras dos autores Adorno e Horkheimer e o terceiro grupo obras do autor István Mészáros. Tratam-se de subdivisões de estudos que giram em torno das mesmas interrogações: Será que a Educação está cumprindo o seu papel de formar indivíduos que fruam suas próprias características intelectuais e produtivas. Até que ponto a economia influencia a Educação de um indivíduo e, se há uma influência da economia até que ponto haveria vantagens ou desvantagens?

O principal ponto de discussão, presente nesse texto, será as obras de Karl Marx, em especial os “Manuscritos econômico-filosóficos”, dando ênfase no percurso que levou a total alienação do homem perante si próprio e sua atividade produtiva.

Parte 1: Desfiguração do trabalho pelo sistema capitalista.

Karl Marx realiza um esboço acerca das relações entre a propriedade privada, capital, necessidades, trabalho, trabalhador e salário. A propriedade privada constitui todo o juro do investimento que o capitalista realizou perante um determinado produto. Para que o juro possa vir a acontecer é de suma importância a presença do trabalhador, pelo simples

motivo de ele ser o principal instrumento para o ganho do capital. O trabalhador é a manifestação subjetiva do capital, a prova de que o homem encontra-se perdido para si mesmo, assim como o capital é a prova objetiva que o homem encontra-se, perante o trabalho, perdido para si próprio. O problema é que o trabalhador tem o azar de ser um capital vivo, portanto com necessidades a serem satisfeitas. O trabalhador, a cada instante em que não trabalha, perde seu juro e, por conseqüência, sua existência.

Assim como o capital que está sujeito à procura e oferta, o valor do trabalho também varia com essas considerações. No sistema capitalista, o trabalho é entendido como uma simples mercadoria, portanto a vida do trabalhador, a sua existência, depende da oferta que o seu trabalho recebe.

“O trabalhador produz o capital e o capital acaba produzindo o trabalhador” (MARX, 1993, p.173). Na economia política, homem não passa de um simples trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para a elaboração do capital, que lhe é estranho.

O trabalho que o homem executa é uma atividade imposta pelo sistema capitalista, portanto, não possui relação alguma com a manifestação de sua própria vontade produtiva. Nesse viés, o trabalho é estranho ao homem e o capital, como já vimos, também é. Essa estranheza tende a se expressar, de alguma forma, na realidade. Uma vez que o capital deixa de existir, por ocorrência voluntária ou necessária, o trabalhador perde a sua existência, já que este não existe como Homem, porém somente como trabalhador. A existência do Homem só é necessária pela força corporal a ser utilizada na elaboração de um produto. Este, não possuindo nem trabalho e nem salário, pode-se deixar que morra de fome.

Visto todas essas considerações, a economia política não se preocupa com o Homem desocupado, mas apenas com o Homem que trabalha. As figuras do mendigo, do ladrão não representam preocupações, ou mesmo, existência para a economia política, trata-se de meros fantasmas. A necessidade do trabalhador reduz-se à manutenção de seu corpo para a execução do trabalho. A indústria se preocupa apenas com a manutenção corporal do trabalhador, de uma maneira que a “raça” dos trabalhadores não se extinga. Por conseguinte, o salário constitui o mesmo valor que a manutenção de qualquer instrumento produtivo.

A produção não produz unicamente o homem como uma mercadoria, a mercadoria humana, produz o homem também como um ser espiritual e corporalmente desumanizado.

A principal meta da economia política não é o quanto determinada produção irá sucumbir, quantos números de trabalhadores que determinado capital mantém, mas sim o total de juros. Um grande avanço dos economistas ingleses foi distinguir o salário e os juros do capital e observar que somente com a descida dos salários é que o capitalista terá uma maior quantidade de lucro.

A relação da propriedade privada contém em si, uma relação da propriedade privada, primeiro, como trabalho e, segundo, como capital e a constante influência dessas duas expressões.

Por um lado, há a produção da atividade humana como trabalho, isto é, como atividade que é estranha a si, ao homem e á natureza, portanto, alheia á consciência e à realização da vida humana: a existência abstrata do homem como simples homem que trabalha, que por conseguinte mergulha a partir do seu nada realizado no nada absoluto, na sua não existência social e, portanto, real. (MARX, 1993, p.175)

O objeto produzido por essa alienação do homem perante sua atividade e, já que esta atividade deveria ser a manifestação de uma necessidade própria do indivíduo, o Homem acaba se alienado de sua essência. Ao obter o capital, dissolve toda a característica natural e social do objeto; visto isso, a propriedade privada também perdeu a sua qualidade natural, suas características egoístas não estão mais mescladas nas relações sociais e, o mesmo capital permanece idêntico nas mais variadas relações naturais e sociais, que já não possui qualquer importância do seu conteúdo real.

Os ganhos que a propriedade fundiária possuía, como a renda de terra, também foram alvos de mudanças acirradas. A economia política cometeu um grande erro ao definir a renda de terra como a diferença entre os rendimentos da melhor e da pior terra cultivada. A terra enquanto terra, a renda de terra como renda de terra, perderam a sua situação distintiva e tornou-se apenas capital, que possuem como meta apenas o dinheiro.

Não há mais uma distinção entre lucro e renda de terra, capital móvel e imóvel, capital e terra, fazem parte do contexto histórico, mas não da natureza das coisas.

A indústria contrapõe-se com a aristocracia feudal, porém acaba possuindo as mesmas características de monopólio, profissões e corporações. O capital mobilizado é a prova concreta da escravidão que o Homem possui perante o trabalho. Mas o que tornou o trabalho como um capital foi o “próspero” desenvolvimento da indústria, constituído com tal para si, o capital mobilizado.

O poder que a indústria obteve perante a aristocracia, revela-se no aparecimento da agricultura como uma indústria real, enquanto deixava o principal trabalho ao solo e ao escravo do solo, por cujo intermédio a terra se cultivava. Com a transformação do escravo em trabalhador livre, quer dizer, em assalariado, também o proprietário se converte em senhor da indústria, em capitalista. Nesse viés, torna-se de suma relevância a reflexão sobre qual foi a vantagem de conceder a liberdade para o escravo? A resposta para essa questão, talvez, esteja expressa na sociedade capitalista, pois mesmo que trabalhador possua um salário como troca de sua mão-de-obra, não há maneiras para desfrutar de todas as necessidades ilusórias criadas pelo capitalismo.

O rendeiro é o segredo revelado do proprietário de terra, já que é por intermédio da briga entre rendeiros que se estabelece a renda de terra, através da necessária concorrência entre rendeiros. Deste modo, o proprietário fundiário torna-se já substancialmente, através da figura do rendeiro, um capitalista comum.

O capitalista considera o proprietário fundiário como a controvérsia da indústria livre e do capital livre, que é independente de toda a limitação natural. A propriedade privada móvel é considerada pela época moderna como o grande milagre. O proprietário fundiário é, pelo capitalista, comparado a figura do Dom Quixote que, com a aparência da retidão, da estabilidade, tendo como meta o que é conveniente a todos, o interesse geral prevalecendo em todas as decisões, porém esconde por trás de sua máscara, a incapacidade de desenvolvimento, o comodismo voraz, o interesse particular, de uma maneira resumida, toda a podridão que um ser humano possa ter.

A propriedade móvel declara ter adquirido para o povo a liberdade política, ter rompido com as cadeias da sociedade civil, ter ligado pessoas com concepções diferentes, ter criado uma moral transparente. Deu a população, em vez de necessidades grosseiras, necessidades civilizadas e os meios de as satisfazer, ao passo que o proprietário fundiário-este ocioso- eleva o preço dos alimentos, prejudicando a existência do povo, forçando

assim o capitalista a aumentar os salários sem ser capaz de intensificar a produção, desse modo, prejudica o crescimento nacional, a acumulação de capital, a geração de empregos para o povo e a riqueza para todo o país. Porém, a liberdade que a propriedade privada móvel possui, encontra-se acumulada nas mãos do grande capitalista e, novamente, o trabalhador não apresenta vantagens, já que este não possui um grande capital.

A “grande vitória” civilizada da propriedade móvel é ter descoberto e criado o trabalho humano como fonte de riqueza, em lugar de algo que não possuía vida. Do real curso da constante briga entre a propriedade privada desenvolvida com a propriedade privada subdesenvolvida, segue-se necessariamente a vitória do capitalista. “Em geral, o movimento deve triunfar sobre a imobilidade, a baixeza declarada e autoconsciente sobre a baixeza oculta e inconsciente, a avareza sobre o comodismo...” (MARX, 1993, p.180).

As relações de propriedade privada são o trabalho, o capital e as interconexões entre os dois. O capital, a princípio, encontram-se ainda unidos, já que para a sua produção é de suma importância a presença do trabalho; mais tarde, expressam-se de uma forma alienada e ficam separados, mas desenvolvendo-se e promovendo-se de forma rápida e trazendo para a realidade condições positivas. O trabalho divide-se em trabalho e capital. O próprio trabalhador transforma-se em capital, uma efêmera mercadoria.

A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada enquanto uma constituição oriunda de uma atividade, é o próprio trabalho.

A existência da economia política se dá através do trabalho, essa acaba admitindo que a propriedade privada não é mais algo externo ao Homem, pode-se considerar como um produto da energia real do movimento, um produto que acelerou o dinamismo da indústria moderna.

A economia política procura, de uma forma acirrada, demonstrar que o trabalho é a única fonte de riqueza. Para que isso venha á tona, é de sua relevância a aniquilação da renda de terra, já que esta é a última forma individual e natural de propriedade privada e fonte de riqueza que existe sem a necessária presença do trabalho.

Para o ponto de vista da fisiocracia, toda riqueza se reduz à terra e à agricultura. A terra não é considerada ainda o capital, mas é por enquanto um modo particular da existência do capital, o valor deve residir e derivar da sua particularidade natural. É só pelo trabalho, pela manusear da agricultura, que a terra existe para o homem. Portanto, a

essência subjetiva da riqueza já reside no trabalho. Porém, para o ponto de vista da fisiocracia, a única atividade produtiva é a agricultura. O trabalho só é reconhecido por intermédio da natureza. O trabalho é ainda uma alienação determinada, particular do homem, da mesma maneira que o seu produto se atribui mais à natureza do que ao próprio trabalho. A terra contempla-se aqui como algo natural ainda independente do homem, não como um capital, isto é, como um momento do próprio trabalho.

Para o fisiocrata a agricultura é a única forma de indústria. Concordaremos sim, que a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada e a indústria surge historicamente após ela, apenas como uma forma particular que se lhe opõem,

[...] ou melhor, como um escravo liberto da propriedade fundiária; tal seqüência repete-se como no estudo científico da essência subjetiva da propriedade privada, do trabalho, e o trabalho começa por aparecer como simples trabalho agrícola, mas em seguida afirma-se como trabalho em geral.(MARX, 1993, p.187).

Todavia, o grande problema é que nem todos usufruem da propriedade privada. O trabalho, tornou-se a essência subjetiva da propriedade privada enquanto eliminação da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto eliminação do trabalho.

Para eliminar a auto-alienação que está presente na execução do trabalho e no capital, devemos seguir o mesmo caminho dessa auto-alienação.

Devemos considerar a propriedade privada apenas na sua esfera objetiva, sendo que o trabalho é a fonte dessa propriedade. Uma forma específica de trabalho, cujo principio é uma exigência que o capitalismo tem acerca do tempo na elaboração de um produto ser o mais rápido possível, é a fonte da nocividade da propriedade privada e da sua existência alienada em relação ao homem. Um comunismo que tem como meta apenas a eliminação da propriedade privada, ou mesmo, a propriedade privada universal; procura acabar com todos os materiais que não possam ser compartilhados por todos; trata-se de um comunismo que possui um significado errôneo acerca da essência do comunismo.

Um comunismo que nega a personalidade de cada indivíduo, constitui apenas uma seqüência do pensamento da essência da propriedade privada, pois esta nega as características intelectuais do Homem para o seu desenvolvimento.

Para entender o comunismo, é de suma relevância compreender até que ponto a essência humana se tornou para o homem natureza e em que medida a natureza se

transformou em essência humana do Homem. Do caráter desta relação é importante a reflexão até acerca da forma em que o Homem se tornou e se compreendeu a si mesmo como ser genérico, como ser humano. Na análise dessa questão, Karl Marx revela que a relação mais natural do homem ao homem é a relação do homem á mulher. Nesta mesma questão, ocorre a reflexão de até que ponto o comportamento natural do homem se tornou Humano e, em que medida a essência humana se tornou para ele algo natural.

A posse física, imediata, parece como única forma de existência e da vida para o Homem. A relação de propriedade privada permanece a relação da comunidade do mundo das coisas. Esse comunismo grosseiro que, de forma radical, quer distribuir a propriedade privada para toda a comunidade, está agindo de uma forma totalmente equivocada. Traz a inveja e a idéia de nivelamento, dando base para a concorrência.

O comunismo aprende-se como a reintegração ou o retorno do homem a si mesmo, como a eliminação da auto-alienação do homem a si mesmo, mas não captou ainda a natureza positiva da propriedade privada, sem também ter compreendido a natureza das necessidades, portanto, encontra-se ainda contaminado pelos ideais da propriedade privada. Como Karl Marx relata, esse comunismo captou o conceito, porém não refletiu acerca da sua essência.

O comunismo é a abolição positiva da propriedade privada enquanto, esta, é a fonte da auto alienação humana e, deste modo, possibilitando ao homem a apropriação da sua essência pelo e para o Homem. É, um retorno do Homem a si mesmo, como um ser genérico, ou seja, para a formação da sua consciência, da sua essência, necessita do outro indivíduo; um ser sociável, quer dizer verdadeiramente humano, retorno esse consciente que assimila todo o desenvolvimento da história anterior. “O comunismo enquanto naturalismo integralmente evoluído- humanismo, enquanto humanismo plenamente desenvolvido- naturalismo constitui a resolução autêntica do antagonismo do Homem e a natureza, entre o Homem e o Homem.” (MARX, 1993, p.194).

Todas essas considerações que lapidam a essência do comunismo é a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. Pela decifração do enigma da História, o Homem estar consciente de ele próprio ser a solução de toda essa situação de grande alienação.

A importância da História, sendo o movimento real do comunismo, todo o nascimento da sua existência empírica, como também a sua consciência pensante, é o homem possuir todo o movimento apreendido e consciente do devir, já o outro comunismo ainda incompleto procura em determinadas formas históricas, opostas à propriedade privada, uma justificação histórica fundada no que já existe.

É fácil compreender porque a propriedade privada e o sistema econômico, sua teoria e prática, impele todo o movimento revolucionário. A propriedade privada é a manifestação material da vida tomando rumos alienados. O seu movimento-a produção e o consumo- é a seqüência do desenvolvimento de toda a história anterior, vindo a expressar na realidade do homem.

A religião, a família, o Estado, o direito, a moral, a ciência, a arte, etc., constituem apenas modos particulares da produção e submetem-se à sua lei geral. A abolição da propriedade privada, tal como a apropriação da vida humana, constitui portanto a abolição positiva de toda a alienação, o regresso do homem a partir da religião, da família, do Estado., à sua existência humana, isto é, social. (MARX, 1993, p.193).

Para Karl Marx, a religião também é uma forma de alienação, pois o Homem entregou os seus princípios a algo que é uma simples forma de abstração. Portanto, o comunismo deve começar com o ateísmo, porém o ateísmo está longe de ser o comunismo, porque em grande parte constitui uma abstração.

A essência do ateísmo começa a ser uma filantropia, filosofia abstrata, ao passo que o comunismo é uma seqüência de todo um movimento real. Com a abolição da propriedade privada, o homem produz o homem e se produz a si mesmo e aos outros homens; como o objeto, que constitui a atividade direta da sua personalidade, portanto, o seu objeto produzido é a manifestação da sua existência para os outros homens e a sua existência para si. Já que a atividade produtiva é priorizada para da emancipação do homem, o material do trabalho e o homem enquanto sujeito, são o resultado e o ponto e partida deste desenvolvimento (já que esse ponto de partida tem de existir, a propriedade privada é uma necessidade histórica). Por conseguinte o caráter social é o caráter universal de todo o movimento; assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, o homem também acaba produzindo a sociedade.

A atividade e a essência são sociais tanto no conteúdo como na origem, são atividade social e a essência social. O significado humano da natureza só existe para o homem social, por que só nesse caso a natureza surge como uma ligação para o Homem, como a existência de si para os outros e a existência dos outros para si, e ainda como elemento vital da realidade humana. É neste caso que a existência natural do homem se tornou a sua existência humana, do mesmo modo, que a natureza se tornou, para ele, humana. Por conseguinte, a sociedade constitui o elemento primordial para a formação da essência do homem numa perfeita união com a natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza.

A atividade e o espírito são elaborados com a associação real com os outros homens, ocorre em toda parte onde a imediata expressão da sociabilidade humana do conteúdo da atividade corresponde à natureza do espírito. “Mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica que raramente posso levar ao cabo em direta associação com os outros, sou social, porque é enquanto homem que realizo tal atividade.” (Marx, Karl, p.195).

A existência é própria da atividade social. Toda a produção do indivíduo é a constituição da sua existência para a sociedade. O indivíduo é um ser social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes. Enquanto consciência genérica, o homem confirma a sua vida social real e reproduz no pensamento apenas a sua existência real, da mesma maneira que o ser genérico se confirma na consciência genérica e existe para si, na sua universalidade, como ser pensante.

O homem existe na realidade como a intuição e o espírito real da existência social, como uma totalidade da manifestação humana da vida. O pensamento e o ser são distintos, mas formam ao mesmo tempo uma unidade.

A propriedade privada é a expressão objetiva do homem ser para si algo de objetivo. A propriedade tornou-nos tão parciais e mesquinhos, que uma coisa só passa a ser nossa, quando as possuímos, quando existe para nós como capital ou quando por nós é possuído ou comido. A vida a qual servem de meios é a vida da propriedade privada- o trabalho é a criação do capital. Todos os sentidos físicos ou intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos os sentidos, pelo sentido do ter. A eliminação da

propriedade privada constitui, portanto, a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas. Como transformar nossos sentidos em humanos?

Os objetos confirmam e realizam a individualidade do homem, eles são os seus próprios objetos, o homem torna-se pessoalmente o objeto. Um objeto só pode existir para o indivíduo, na medida em que o indivíduo existe para ele como capacidade objetiva. O significado de um objeto só vai até onde chega o sentido do indivíduo.

Os sentidos do homem social são diferentes dos do homem associal. Só através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva humana (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, em suma, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades humanas). (MARX, 1993, p.199).

Não são apenas os cinco sentidos, mas os sentidos espirituais, os sentidos práticos. A sensibilidade e o caráter humano dos sentidos que vêm à existência mediante a existência de um objeto, através da natureza humana. A formação dos cinco sentidos é obra humana de toda a história anterior.

Todo o antagonismo que existe para o contexto social como, o subjetivismo e o objetivismo, o espiritualismo e o materialismo, a atividade e a passividade, deixam de ser antagônicos nos meios práticos.

A história total é a história da preparação e da evolução para que o homem se tornasse o objeto da percepção dos sentidos e para que as necessidades do homem enquanto homens se transformassem em necessidades humanas.

Parte 2: Necessidades que desfazem a essência do Homem.

Para Karl Marx, a grande importância do socialismo se deve ao fato de elevar a riqueza das necessidades humanas e, com isso visualizar um novo modo de produção e um novo objeto de produção, consolidando um enriquecimento e uma confirmação dos poderes humanos. Esse sistema tem como objetivo uma nova conduta realizada pelo Homem, buscando características que elevarão a sua essência. Porém, a propriedade privada dará um sentido inverso a tudo isso. Como poderemos analisar, para a manutenção da propriedade privada, cada homem procura criar no outro uma nova necessidade, fazendo com que esse

outro se submeta a sacrifícios que reduzem o seu espírito, colocando-o numa nova dependência, tudo isso em prol de saciar essa nova espécie de prazer, levando o indivíduo à ruína. A cada novo objeto produzido, aumentará o grau de estranhamento que o homem terá consigo e com suas necessidades, potencializando o roubo e o engano. Nesse momento, o homem acaba tornando-se pobre enquanto homem, necessitado cada vez mais de dinheiro para se apossar desse Ser que estabelece a sua base na mediocridade. O poder do dinheiro diminui a cada nova produção, enquanto, suas necessidades aumentam, a partir do crescimento de sua riqueza.

A necessidade de dinheiro constitui a verdadeira e única necessidade criada pelo atual sistema econômico, o capitalismo. A quantidade de dinheiro constitui a sua única propriedade privada, forma essa, abstrata e, ao mesmo tempo, concreta, pois possui características quantitativas. Portanto, o excesso e a imoderação é a base daquilo que alimenta essa insaciável busca pela riqueza. Esse aumento da produção que se deu pelo nascimento de novas necessidades, acrescentando cada vez mais ao Homem apetites inumanos, depravados, elementos que não participam de sua natureza. A propriedade privada não sabe transformar a necessidade bruta em necessidade humana, dando a essa, um ideal de fantasias, extravagância e caprichos.

A economia política mostra que quando suprimos uma necessidade, com o surgimento de uma forma para satisfazê-la, esta gerará a carência de novas necessidades e dos seus respectivos meios de satisfação. Pela redução das necessidades do trabalhador à manutenção de sua vida, fazendo com que sua atividade se transforme em um elemento mecânico, os economistas afirmam que o homem deve se focalizar nessas necessidades e que, além delas, não há mais nenhuma necessidade, dando a essas necessidades uma existência humana. Além de a economia política afirmar isso, também considera como padrão universal a existência de uma vida mais pobre quanto possível, faz do trabalhador um ser desprovido de sentidos e de necessidades, da mesma forma que transforma sua atividade em uma simples abstração. Por conseguinte, todas as outras necessidades que surgirem ao trabalhador, como a maneira dele fruir suas criações artísticas e culturais, são desconsideradas para a economia política, consideradas excesso. A economia política, a “ciência da riqueza”, revela-se como sendo a ciência da privação, da renúncia, conseguindo poupar o homem de necessidades de ar puro ou de atividade, para fazer com que esse tenha

mais tempo disponível para aumentar o seu grau de alienação perante a uma atividade imposta pela economia. Essa possui o seu ideal baseado no egoísmo, levar grande parte do salário do trabalhador ao seu “efêmero” cofre. Com isso, podemos concluir que a sua meta é a auto-renúncia e a impossibilidade de criar necessidades propriamente humanas.

Quanto menos cada um comer, beber, comprar livros, for ao teatro ou ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc, tanto mais poupará, tanto maior será o tesouro, que nem a traça nem a ferrugem roerão, o seu capital. Quanto menos cada um for, quanto menos cada um expressar a sua vida, tanto mais terá, tanto maior será a sua vida alienada. (MARX.Manuscritos , p. 210)

Quanto mais a economia subtrair de uma vida que tem princípios humanos como os citados acima, mais será esta vida desprezível. Tudo o que o homem não conseguir por meio de suas capacidades criativas e intelectuais, tentará conseguir por intermédio do dinheiro, poderá comer, beber, bailar. Mas não conseguirá, de fato, apreciar elementos artísticos, políticos, filosóficos. O dinheiro terá poder perante todas as coisas e com essa característica tornará todas as coisas sua eterna escrava. Porém, visto que, se todos possuírem o Senhor, não haverá mais escravos, da perspectiva burguesa, caberá à classe operária trabalhar para apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve querer viver para só isso possuir.

Ganhar dinheiro pela prostituição do corpo e espírito, vendendo a força de trabalho para manter um sistema que exige uma grande quantidade de produtos para manter a vida do mesquinho consumo. A agindo de maneira certa para a economia política, porém contra a moral dos bons costumes. A moral da economia preza o ganho, a poupança e a temperança, prometendo satisfazer a nossas necessidades. Porém, como faremos para ter condutas virtuosas, conscientes de todas as ações, se não existimos, se não possuímos condições para encontrar meios para satisfazer necessidades que elevam o espírito criativo do homem? Portanto, qualquer das duas formas de moral que o homem tomará para a manifestação da sua vida, será uma conduta moral alienada. Não há como elevar a moral na ação da economia política, pelo simples fato de essa não se preocupar com as necessidades humanas e, se por um acaso vir a acontecer uma relação da economia com a moral, será uma aparente situação. A economia política exprime apenas à sua maneira as leis morais.

A economia política estabelece a unidade do trabalho e do capital, sendo que, o capital é trabalho acumulado; objetivo da produção, na procura de maneiras para obter a

reprodução do capital com lucro, é o trabalho produtivo; o trabalhador é capital, pois o capitalista obtém lucro na produção e no salário desse trabalhador; para o trabalhador, o trabalho é a reprodução do seu capital vivo, já que é a sua única fonte para possuir dos meios materiais. O capitalista e o trabalhador estabelecem laços conflituosos, porém para a manutenção desse sistema é de suma relevância que isso ocorra.

Devemos elevar o princípio da igualdade entre os indivíduos, buscando levar a uma autoconsciência de que o Homem está vivendo em um meio totalmente alienante. Para que isso ocorra temos que eliminar a idéia de propriedade privada, fonte da degradação do homem e implantar o sistema comunista. A história é a única forma de consolidar esse sistema, desenvolvendo um pensamento consciente no indivíduo de modo extenso e equilibrado. Se continuarmos fazendo parte do sistema capitalista, nunca alcançaremos uma paz, pois a grande massa, a trabalhadora, deverá sujeitar-se a força de trabalho, a uma condição em que impera mais a oferta do que a procura. O homem acaba regressando à caverna, porém de forma diferente da habitação do selvagem, já que esse participava com uma atividade produtiva própria. Já a classe operária possui uma habitação hostil, tendo que exaltar seu corpo e espírito, participando de uma atividade que não lhe pertence. Acaba não se sentido em casa, pois todos os dias se encontram ameaçados se não pagar o aluguel.

A alienação não só impera apenas, nos meios de vida do homem, pertencer a outro, dos desejos serem não fazer parte da vontade do homem, mas também de que tudo é algo diferente da essência do indivíduo, que se entrega a uma atividade que não faz parte da sua própria atividade produtiva, um poder inumano impera sobre tudo.

O que encontramos no capitalismo é o trabalho se tornando cada vez mais intenso e sacrificante, tudo isso para o Homem participar de um consumismo que visa suprir as necessidades mais bestiais que esse sistema econômico colocou ao Homem, fazendo-o distanciar a cada instante de suas características humanas. Essa riqueza que apenas olha a riqueza como meio, como digna de degradação, apenas visualiza a aparência da essência, distanciando das mais belas qualidades do ser humano.

A divisão do trabalho é a maior prova de como que o trabalhador encontra-se alienado de sua própria atividade e, por conseguinte, de sua existência. Devemos pensar sim, numa divisão do trabalho que traga mais facilidades a conclusão de um produto que irá satisfazer necessidades humanas, mas não realizar uma divisão que diminua totalmente o

caráter intelectual do indivíduo perante a realização de uma tarefa. Claro que cada indivíduo possui qualidades diferentes que o todo, porém devemos estabelecer uma relação entre os diferentes dons. “A divisão do trabalho é uma aplicação habilidosa das energias do Homem; intensifica a produção da sociedade – o seu prazer e os seus prazeres, mas diminui a capacidade de cada homem individualmente considerado”.

A atividade do homem poderá aproximar as coisas entre si ou, o inverso, separá-las do resto, é isso que acaba acontecendo com atividade industrial, separa o homem de si e de suas produções, transformando a sua atividade em um movimento mecânico, levando a uma dificuldade para a realização de outros trabalhos. A divisão do trabalho trará a acumulação do capital, e a propriedade privada mobilizada e autônoma consegue produzir a mais eficaz e ampla divisão de trabalho, porém levará o homem a atividades limitadas.

O motivo daqueles que se desempenham na troca, levando a divisão do trabalho, não é a humanidade, mas o egoísmo.

Conclusão

Com a combinação das diversas especialidades, daremos a nossa sociedade mais vantagens. Assim como a divisão do trabalho brota de trocas, ela aumentará a partir da intensificação de trocas, e do mercado. Portanto a divisão do trabalho significa um meio conveniente e útil, uma aplicação habilidosa para a riqueza social, porém essa riqueza trará a pobreza intelectual e criativa do indivíduo.

Para construirmos uma sociedade que apresenta uma harmonia nas relações entre os indivíduos, devemos reverter essa situação de degradação, aniquilação de nossas atividades produtivas. Para que isso ocorra é de suma importância a construção de um caráter reflexivo para a formação de um indivíduo autônomo que manifeste produções que visualizem a manifestação de suas mais valorosas necessidades, sendo consciente de seu papel perante a sociedade. A filosofia, portanto, torna-se a fonte para a formação de um indivíduo que possua a crítica e a reflexão, levando a sociedade que eleva a harmonia e a confirmação criativa de cada cidadão no ato de sua produção, podendo fruir suas necessidades pessoais que serão as qualidades mais belas que darão a construção de uma

pedra preciosa que tem no sujeito o intelecto e a criatividade como sendo os elementos que constituirão esse tesouro.

Referências

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Introdução de Erich Fromm. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edição 70, 1993.

Agradecimentos:

Em primeiro, ao professor Vandei Pinto da Silva que possibilitou o meu estudo e, a todos meus amigos do núcleo de ensino.

ARTIGO RECEBIDO EM 2007
